

Sarney espera o fim de audiência para comemorar

BRASÍLIA — Na bonita mesa redonda de reuniões que agora integra seu gabinete, o presidente José Sarney estava cercado por cinco japoneses, à frente Kiichi Yoshirawa, presidente da YKK do Japão, que lhe acenavam com a possibilidade de investimentos no Brasil. De repente, irrompe na sala seu assessor Júlio César Gomes dos Santos, que, valendo-se da condição de chefe do cerimonial, se aproximou e cochichou ao seu ouvido: "O presidencialismo foi aprovado".

Sem dar sinais aos visitantes da notícia recebida — afinal, sua primeira grande vitória na Constituinte —, Sarney continuou normalmente o despacho até cumprir o ritual da troca de presentes: dos japoneses, recebeu um prato decorativo esmaltado; em retribuição, entregou a Yoshirawa um par de abotoaduras com seu próprio nome gravado e também com acabamento em esmalte. Somente aí, aproveitando o momento de descontração, o presidente dirigiu-se aos visitantes para falar do momento especial que acabava de viver: "Estou muito feliz, a Constituinte acaba de aprovar a manutenção do presidencialismo".

Contentamento — Enquanto o presidente José Sarney estava longe de um aparelho de televisão, atendendo ao grupo que lhe foi encaminhado por intermédio do deputado presidencialista Theodoro Mendes (PMDB-SP), na sala da sua secretária, Vera Sabará, se acotovelavam diante da televisão o ministro Antônio Carlos Magalhães, seu filho, Fernando Sarney, e o empresário Murilo Mendes, da empreiteira Mendes Júnior. Quando o painel focalizado pela emissora mostrou os 344 votos favoráveis ao presidencialismo, todos comemoravam em longos abraços e expressões de contentamento.

Ao grupo, na sala de Vera Sabará se juntaram os ministros Ronaldo Costa Couto e Ivan de Souza Mendes e os assessores presidenciais Napoleão Sabóia, Antônio Carlos Drummond e Júlio César. Somente quando os japoneses abandonaram o gabinete presidencial, o presidente Sarney pode atender às duas primeiras ligações que lhe foram dirigidas: de sua mulher, dona Marly e de sua mãe, dona Kiola, que ligou de São Luís do Maranhão.

O grupo de assessores e amigos que estava na sala de Vera Sabará entrou todo no gabinete para demorados abraços e comentários entusiasmados e somente cerca de uma hora e meia depois — após sucessivos pedidos da imprensa para a manifestação oficial do Planalto sobre o resultado da votação — um recado curto do ministro Costa Couto encerrou as esperanças de uma declaração: "O ministro mandou avisar que mantém o seu silêncio", informou José Arantes, assessor do Gabinete Civil.

O dia — Aparentemente, foi um dia normal no Palácio do Planalto. O presidente José Sarney chegou pouco depois das 8h30min. Tinha tomado café da manhã com o ministro Ronaldo Costa Couto, no Palácio da Alvorada. Além dos despachos de rotina com os ministros da Casa Militar, da Casa Civil e do SNI, Sarney recebeu o ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves. As 11h15min, chegou ao Planalto o chefe da Assessoria Especial do presidente, Thales Ramalho, o único a quebrar a rotina.

Thales chegou dizendo que ontem não era dia de conversa, mas lembrou que seria "muito complicado trocar agora o regime de governo que está por completar um século" e se mostrou certo da vitória do presidencialismo. Thales contou que não tinha conversado com o deputado Ulysses Guimarães. "Quando ele podia, eu não podia. Quando eu podia, ele não podia", explicou com jeito irônico. Depois, se trancou na sala e saiu apenas no final da sessão para festejar, no gabinete do presidente, a primeira vitória na Constituinte. O almoço de Thales foi um lance rápido.

As 13 horas, o presidente Sarney deixou o Palácio do Planalto — acompanhado pelo deputado Sarney Filho — para almoçar com a família no Alvorada. Na volta, pouco antes das 15 horas, o presidente acenou para os favelados de Brasília, que tinham sido levados — com patrocínio da Secretaria de Ação Comunitária, órgão do governo — à Praça dos Três Poderes para manifestação de apoio ao presidencialismo e ao mandato de cinco anos.



Lucena: presidencialismo assegura avanço desde Vargas



Arinos: presidencialismo não existe fora dos EUA

Norma é quebrada mas discursos não empolgam

Ulysses Guimarães quebrou as normas da Constituinte e permitiu que oito oradores — quatro a favor e quatro contra — debatessem a emenda presidencialista, mas os discursos não empolgaram o plenário. Num clima de tensão, constantemente aparteados e interrompidos pelos gritos de seus colegas, os oradores, de um modo geral, frustraram as expectativas. Dois presidencialistas — Wladimir Palmeira (PT-RJ) e Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) — pronunciaram os melhores discursos.

Falando pelos presidencialistas, o senador Humberto Lucena recordou os avanços econômicos e sociais que, segundo ele, só pode garantir um sistema que deu espaços a estadistas como Getúlio Vargas ou Juscelino Kubistchek, que "trouxeram o processo de industrialização responsável pelo surto de sindicalismo forte no ABC paulista". O povo se acostumou a votar diretamente e quer eleger seu presidente pelo voto: "Não é agora que vamos cassar o direito de milhões de brasileiros de eleger o presidente da República, fazendo dele uma figura decorativa, uma rainha da Inglaterra".

Conciliação — Foi contestado pelo senador Viana Filho (PMDB-BA), que iniciou seu pronunciamento lendo antigas palavras de críticas do próprio Lucena ao presidencialismo. A Constituição sonhada por Tancredo Neves, prosseguiu, é aquela que daria ao país o mesmo sistema de governo que o elegeu primeiro-ministro. "O governo de gabinete é o governo da conciliação, o governo da paz. Nós não aspiramos tomar o governo, o que nós aspiramos, nesse grave momento, é fazer, através do parlamentarismo, um governo de união nacional". Interrompido por gritos exigindo um plebiscito, Viana Filho sugeriu realizar uma votação para saber se o povo brasileiro "quer dar mais um ano, mais um mês, mais um dia ao governo do presidente Sarney".

O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) foi buscar nos tempos do Império argumentos contra o parlamentarismo, "que prolongou a escravidão por 40 anos". Não é o presidencialismo, e sim as lutas sociais que geram crises, ao enfrentar o que querem a manutenção dos privilégios. Culpar o presidencialismo é



Nelson Carneiro

Luiz Viana Filho

Vivaldo Barbosa

uma análise elitista. A essência desse sistema é eleger diretamente o presidente e garantir a independência dos outros poderes. Por isso os regimes autoritários se empenham tanto em afastar eleições, "como pretendem agora".

"Temos um compromisso com a construção da democracia e nesse instante estão unidos nessa plataforma os conservadores sérios e consequentes e os progressistas sérios e renovadores.

Exemplos — O senador Nelson Carneiro afirmou que os exemplos de Getúlio e Juscelino não são suficientes para justificar o presidencialismo: "Um suicidou-se e o outro foi para o exílio", disse. "Já falou Luis Viana Filho. Vai falar Afonso Arinos. Agora falo eu. Somos os três mais velhos dessa casa. Nossa mensagem não é para nós, é para vocês, os jovens de hoje, os donos do futuro. Os que estão aqui terão de responder pelo crime de manter o presidencialismo. Os que estão hoje aqui, ingenuamente, na flor da idade, esperando presidencialismo e quatro anos, como o PDT e o PT, chorarão muito breve.

O deputado Maurílio Ferreira Lima estabeleceu um confronto básico entre o moderno e o arcaico, e não entre esquerda ou direita. Nesse sentido, "o parlamentarismo que aqui se encontra é o arcaico; o moderno é o voto". O deputado se confessou em "posição desconfortável", já que ser presidencialista "é se identificar com o regime em vigor no Brasil, no qual o

presidente, cercado pelos áulicos e pela família, fica indiferente ao legislativo e ao povo".

"Filio-me entre aqueles favoráveis a quatro anos de mandato para Sarney. E tenho certeza de que o presidencialismo é a única forma que abre as portas para eleições diretas para presidente da República em 15 de novembro de 1988", disse.

Luz do poente — "Tenho, pela graça de Deus, a serenidade que dá a luz do poente. A luz do nascente às vezes ofusca o que é a verdade. A luz da tarde traz serenidade, uma serenidade que destaca a própria sombra, serve à meditação. É nessa situação psicológica que apelo do fundo do meu coração aos meus correligionários e oponentes para que possamos meditar sobre o futuro do país.

Não estamos recessos do debate, nem mesmo da derrota. O que estamos recendo é o confronto. O confronto entre paixões suscita o confronto de facções, o de facções o de multidões. O confronto de multidões suscita o naufrágio de uma parte da civilização nacional.

Tenho um amigo de muitos anos, quero-lhe bem: é o presidente da República. Mas o presidente denuncia um espírito de confronto, que me espanta, que não é de sua natureza. (alguém grita no plenário; Arinos responde: "Não ouvi, mas respondo a tudo"). Gritos de "o tempo acabou"; Ulysses pede ao senador que termine o discurso; Arinos responde: "Sr. presidente, seu relógio está atrasado).

Não sou inimigo do presidencialismo, mas ele não existe fora dos Estados Unidos. Na América Latina, não temos parlamentarismo. Não há parlamentarismo na África. Só presidentes. Houve um, chamado Bokassa, que tinha criança na geladeira para comer. Não existe parlamentarismo nos países árabes.

A luz que sai de mim é do poente, de um homem que está no fim da vida, e que quer dizer: "Meus filhos, pensem no Brasil e façamos desse país um país governado pela convergência. Agradeço a todos. Estou feliz".

Legitimidade — O senador Arinos falou após os representantes do PT, Wladimir Palmeira e do PMDB, José Fogaça. Palmeira disse que "o PT, em primeiro lugar, é pelos quatro anos, no momento em que esse país não tem governo, não temos planos, não tem destino. Essa questão é vital".

"Por que o PT e o PDT podem votar na emenda Lucena?", prosseguiu Wladimir. "Porque somos presidencialistas; porque somos a favor de eleição direta para o chefe do governo. Queremos que cada cidadão brasileiro possa dizer: para chefe do governo quero esse cidadão desse partido. Fortalecer o Poder Legislativo é uma necessidade, mas somos contra a ideia de que o parlamentarismo impede os golpes. Querem que milagrosamente o regime de governo mude tudo. Não muda".

Fogaça ironizou ao afirmar que ninguém "jamais iria imaginar que o deputado Vivaldo Barbosa é um aliado do deputado José Lourenço" (gritos de "olha a patrulha"). E prosseguiu: "O deputado Maurílio Ferreira Lima disse que é preciso legitimidade: só não entendo por que ele se incorpora a quem prega que só há legitimidade em conservar, em manter tudo como está, a quem nega legitimidade às mudanças sociais. Essa emenda concentra poderes e atribuições nas mãos do presidente da República como não há registro na história do país. Se vencer o presidencialismo, a vitória estará localizada no Palácio do Planalto. Se vencer o parlamentarismo, a vitória emergirá das profundas raízes históricas e populares do parlamento".

Humberto Lucena Idealizador da emenda já quis gabinete

Ao ser eleito presidente do Congresso e do Senado em fevereiro do ano passado, o senador Humberto Lucena, paraibano de 59 anos, já era um defensor do sistema presidencialista, mas em 1961, deputado federal pelo PSD, votou a favor do Ato Adicional nº 4, que implantou o sistema parlamentarista no governo João Goulart. Reviu sua posição mais tarde, ao aceitar a antecipação do plebiscito que restaurou o presidencialismo no país. Ano passado, Lucena admitia a realização de um plebiscito ao final dos trabalhos da Constituinte para que a população se manifestasse sobre a forma de governo. Com 38 anos de experiência parla-

mentar, Lucena dizia também, ao assumir a presidência do Senado, que na sua opinião, "fazer uma Constituição é o mesmo que fazer o estatuto de uma sociedade beneficente. É só copiar o anterior e fazer algumas inovações". Para o senador, favorável ao mandato de cinco anos para o presidente Sarney, essas inovações estariam restritas a 30% do atual texto.

Filho de Severino Lucena, que chefiou o PSD na Paraíba, e neto de Solon de Lucena, ex-governador do estado, Humberto elegeu-se deputado estadual em 1950 e conquistou o primeiro mandato federal em 58, sempre pelo PSD. Líder do MDB na Câmara, foi eleito senador em 1980. Após a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, em janeiro de 85, Lucena foi escolhido pelo presidente eleito para coordenar a bancada nordestina e preparar os estudos preliminares para o governo da Nova República. Afável, cordial, o senador adquiriu a fama de ser um campeão na distribuição de empregos e benesses do poder público. Ano passado, Lucena havia conseguido 25 cargos no governo, segundo levantamento do PFL.

Lourenço quer tirar ministros

A vitória do presidencialismo, por surpreendente margem de votos, foi comemorada efusivamente com brindes aos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney e o líder do PFL, deputado José Lourenço, foi ainda mais longe: "O povo, o Congresso, o governo, somos todos presidencialistas. Os ministros parlamentaristas, se tiverem dignidade, devem imediatamente pedir demissão, para deixar o presidente governar com sua maioria", dizia ele, aos gritos, inflamado, acentuando ainda mais o sotaque de português.

— Agora, o Dr. Ulysses não vai poder mais dizer: "faça isso, faça aquilo". Agora, são os Zé Lourenço que vão dar as ordens — repetia, o líder do PFL ainda no plenário, depois da votação. A seu lado, o filho do presidente, deputado José Sarney Filho (PMDB/MA), o Zequinha, respirava aliviado: "com essa vitória, o governo vai poder, enfim, planejar suas políticas com tranquilidade".

A previsão dos vitoriosos é de que haverá uma reforma ministerial, Sarney vai recrudescer na área econômica (apesar de mantendo, aí, os mesmos ministros). A vitória, contudo, foi compartilhada pelos governistas com as esquerdas do PT e do PDT. "Temos que agradecer a eles, que votaram conosco", ironizava o líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna. "A culpa disso tudo foi da cegueira da esquerda, do PMDB e do governo", lamentava o parlamentarista Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado.

Quem reagiu, pelo PT, foi o deputado mineiro Paulo Delgado: "Apesar da cegueira do PT, muito mais greve foi a maioria do PMDB, que tem quase todos os governos estaduais e a maioria dos cargos de primeiro escalão do governo federal", disse ele, lembrando que os 16 deputados de seu partido votaram no presidencialismo, mas não seriam, sozinho, capazes de derrubar o parlamentarismo.

Ministros — Ainda no plenário, o petista José Genoíno (SP) encontrou-se com o deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL/BA), um dos líderes do "Centrão":

— Você tem que dar uma guinada à esquerda. Você está à direita do Juan Carlos e eu à esquerda do Gonzales... — brincou Genoíno.

— Olha, eu queria te agradecer o voto. Votei no presidencialismo por sua causa — devolveu Luiz Eduardo.

Segundo o jovem deputado baiano, filho do ministro Antônio Carlos Magalhães, "o governo vai sofrer mudanças urgentemente", porque estará respaldado em sólida maioria parlamentar para promover medidas duras na área econômica. Ele mesmo enumerou em que linha serão essas mudanças: controle do déficit público, combate à inflação, renegociação da dívida externa, além de "um choque de liberdade" — que, traduzindo, significa privatização, engargamento da máquina administrativa, livre negociação salarial entre patrões e empregados e liberdade de preços.

O deputado Francisco Dornelles (PFL/RJ) votou no presidencialismo, mas, em seguida, lançou uma advertência com frases curtas e diretas, bem a seu estilo: "A racionalidade da política econômica é fundamental. Eu voto com eleições imediatas para presidente da República."

Os presidencialistas foram unânimes em dizer, como Carlos Sant'Anna, Luiz Eduardo e Zequinha, que desde o início a contabilidade de votos dos parlamentaristas foi excessivamente otimista ou mesmo propositalmente falsa. O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, por exemplo, reuniu-se pela manhã com o autor da emenda vitoriosa, o presidente do Senado, Humberto Lucena, e conferiu a lista de votos presidencialistas. Eram, no início, pouco mais de 340, mas os dois foram enxugando os "não confiáveis" e chegaram a um resultado de 309 certos. Deu 344.

Os ministros parlamentaristas — que Zé Lourenço, portanto, quer derrubar — são: o da Justiça, Paulo Brossard; o da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique, e o da Previdência, Renato Archer.